

Desafio de Paulo Barreto na inauguração após as obras de requalificação

Palácio da Justiça aberto à cidade

Concertos, exposições e teatro são algumas atividades culturais que o Palácio da Justiça poderá acolher no futuro.



© Albino Encarnação

As obras de beneficiação no Palácio da Justiça estão concluídas.

JUSTIÇA

David Spranger

davidspranger@jm-madeira.pt

Paulo Barreto, juiz presidente da Comarca da Madeira, quer o Palácio da Justiça como um espaço aberto à população. O edifício foi ontem palco de uma cerimónia de inauguração às obras de remodelação que ali foram efetuadas, que dotam o espaço de outra operacionalidade.

Após um ano e meio de intervenções, o espaço está agora dotado de seis salas de audiência, mais um piso, elevadores, sendo também alvo de pinturas, interior e exterior. Teve um custo de cerca de 2,5 milhões de euros e Paulo Barreto quer que a "Casa da Justiça" se abra à cidade, "desafiando" a Câmara Municipal do Funchal, proprietária do prédio, a ali promover eventos, tais como exposições, teatro ou concertos, conforme relevou.

Na nova configuração do espaço, entram também agora designações em quatro das salas de audiência, cada uma delas re-

“
As obras de requalificação do Palácio da Justiça demoraram um ano e meio e custaram 2,5 milhões de euros.

cebendo o nome de personalidades que se notabilizaram ao longo de décadas, nas diversas áreas judiciais. Assim, Ferreira Neto (juizes), Pestana Gouveia (Ministério Público), Alcino Barreto (advogados) e Miguel Castro (secretários judiciais) têm o nome perpetuado no edifício, com Paulo Barreto a deixar rasgados elogios aos serviços prestados em prol da Justiça.

A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem descerrou, a "meias" com Paulo Cafó, a placa alusiva

ao momento, sendo estes os dois nomes nela inseridos, numa distinção colocada a escassos metros onde se exalta a abertura inicial do edifício, a 17 de julho de 1962, pela mão do então presidente da República, Américo Thomaz.

Na sua intervenção, a ministra da Justiça deixou «o histórico da Comarca da Madeira como um exemplo de confirmação daquilo que os indicadores apontam: a Justiça em Portugal está muito melhor».

Intervieram também na cerimónia protocolar Joana Marques Vidal e António Henriques Gaspar. A Procuradora-Geral da República relevou que «mais que a morosidade, que diminuiu em muito, o problema da Justiça será melhorar a capacidade de transmitir aos cidadãos aquilo que fazemos, enquanto o presidente do Supremo Tribunal de Justiça historiou as sucessivas melhorias introduzidas na Justiça em Portugal.

Na mesa de honra estiveram ainda Ireneu Barreto, Tranquada Gomes, Miguel Albuquerque e Paulo Cafó, ante uma plateia, na sala de audiências Ferreira Neto, composta por responsáveis e entidades militares e civis da Região. JM

Resposta a Paula Teixeira da Cruz

«Não é operação de cosmética»

Orranque das obras no Palácio da Justiça aconteceu quando Paula Teixeira da Cruz era ministra da Justiça. A agora deputada à Assembleia da República esteve entre os convidados para a inauguração da requalificação efetuada, tendo, à margem da cerimónia, considerado que o que o atual Governo da República vem realizando nesta altura em matéria do mapa judiciário é uma «operação de cosmética».

Confrontada com este parecer, a atual titular do cargo foi perentória na resposta: «Isso não corresponde à verdade. Não é uma operação de cosmética. Todos os tribunais que foram reativados estavam encerrados, de porta fechada, pura e simplesmente. Eram edifícios abandonados. Alguns faziam de conservatório do Registo Civil e de outras áreas registais e mais nada. Neste momento, e mais do que isso, haviam as chamadas secções de proximidade e podendo embora praticar atos judiciais, na prática não o faziam. Estavam muito dependentes da vontade dos seus magistrados». «O que é que se fez?», interrogou-se, tendo Francisca Van Dunem se apressado em dar a resposta. «Criou-se um modelo único que integra, por um lado, os tribunais que foram reativados e, por outro lado, as secções de proximidade e nesses espaços pratica-se efetivamente atos judiciais», explicou.

Na prática, o que se assistiu é que Paula Teixeira da Cruz mandou fechar tribunais e Fran-

cisca Van Dunem deu ordens para reabri-los. E tal sucedeu ao abrigo da coerência, conforme releva a atual ministra. «As primeiras iniciativas relativas ao mapa judiciário datam de 2008. Então, houve três comarcas experimentais exatamente com este modelo, de gestão, de especialização e de uma lógica de grandes comarcas. Foi daquelas coisas que foram consensuais para todos. Aquilo que é discutível foi o modelo que depois foi contextualizado em alguns contextos. Pensamos que houve situações em que o afastamento das populações das centralidades geraram dificuldades do ponto de vista do acesso aos tribunais. Chegamos à conclusão que as situações mais notórias eram aquelas em que os cidadãos eram mais desfavorecidos. Em nome do direito constitucional verificamos que era necessário introduzir correções no mapa judiciário. Foi o que se fez. Sempre dissemos que não se tratava de desfazer nada, mas sim fazer introduções corretivas», disse.

Já justificando a importância de investir na renovação de instalações, tal como sucedeu no Palácio da Justiça, Francisca Van Dunem exaltou que «as dificuldades geradas pelas condições de exercício funcional influenciam a capacidade de resposta e deterioram o ambiente de trabalho, cimentando o desinteresse, ao mesmo tempo que projetam para o exterior a dificuldade de regeneração». JM

David Spranger



© Albino Encarnação

Francisca Van Dunem explica novo mapa judiciário.